

CARTAS DA CIDADE: UMA ANÁLISE DO NEOLIBERALISMO NA COP 30

FERNANDO LOURENÇO MATOS LIMA,
DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS

Introdução

“O sol na casa 10, vocês vão virar a queridinha do mundo! Mercúrio na casa 9, o mundo vai estar falando da cultura de vocês!”¹ profetiza a astróloga Mônica Buonfiglio, ao analisar o mapa astral de Belém, segundo Luciana Carvalho (2024). A previsão destaca o potencial de Belém para atrair investimentos e se tornar um centro global, especialmente com a realização da Conferência das Partes (COP) 30 em 2025.

A COP, órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, reúne países para discutir medidas contra o aquecimento global e a redução de emissões de gases de efeito estufa. A escolha de Belém como sede da COP 30 coloca a cidade no centro do debate sobre políticas urbanas sustentáveis. Este evento oferece uma oportunidade para Belém se tornar um modelo de desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, mas também traz riscos de projetos insustentáveis e a financeirização da cidade, como alerta Raquel Rolnik (2024).

¹ Disponível em: <https://www.oliberal.com/astral/belem-vai-virar-queridinha-do-mundo-diz-astrologa-apos-fazer-mapa-astral-da-capital-paraense-1.819601>. Acesso em: 5 jun. 2024.

Megaeventos como a COP 30 atraem atenção global e demandam grandes investimentos, que podem fomentar o desenvolvimento urbano, impulsionar a economia local e aumentar a visibilidade internacional de Belém. Contudo, é crucial considerar como o neoliberalismo, que promove a redução do papel do Estado e defende privatizações, pode influenciar políticas públicas, priorizando o capital em detrimento das necessidades sociais.

Portanto, este capítulo pretende analisar como as políticas públicas em infraestrutura, habitação, serviços públicos, desigualdade socioespacial e ambiental, implementadas pelo governo do Estado do Pará e pelo município de Belém nos anos de 2022 e 2023, são influenciadas pela racionalidade neoliberal, e como essas influências podem impactar a preparação e realização da COP 30. A pergunta que o capítulo pretende responder é: como a racionalidade neoliberal pode impactar as políticas públicas em Belém, e de que maneira esses impactos podem influenciar a preparação e realização da COP 30?

Para alcançar o objetivo deste estudo, será utilizado o método indutivo, analisando dados específicos das contas do governo do Pará e do município de Belém dos anos de 2022 e 2023 para formular conclusões gerais sobre os impactos dos megaeventos e das políticas neoliberais nas políticas urbanas. A pesquisa se baseará em técnicas bibliográficas e documentais, analisando matérias de jornais sobre Belém e a COP 30, bem como artigos acadêmicos sobre neoliberalismo e megaeventos. A triangulação de dados permitirá confrontar valores alocados, conteúdo dos documentos e premissas teóricas, possibilitando uma análise crítica das políticas públicas, suas contradições e seus possíveis impactos no contexto da COP 30.

O estudo é dividido de forma a abordar, em um primeiro momento, o referencial teórico do neoliberalismo segundo Dardot e Laval (2016), em um segundo momento as contas do Estado e do Município em infraestrutura, habitação, serviços públicos, desigualdade socioespacial e ambiental. Em seguida, o capítulo faz uma análise crítica da situação para a COP 30, permitindo uma avaliação das políticas urbanas.

A sombra do neoliberalismo

Primeiramente vamos definir o neoliberalismo na concepção de Dardot e Laval, preparando o terreno teórico para a análise subsequente. O neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), é uma racionalidade

que molda políticas públicas, relações sociais e subjetividades (p.17). Sua origem está na crise do liberalismo clássico no século XX, destacando-se durante a Grande Depressão e a ascensão de regimes totalitários (p. 38-39). Ao contrário do liberalismo clássico, que via o Estado como “vigia noturno”, o neoliberalismo promove desregulamentação, privatização e competitividade (p. 193, 276).

Podemos destacar quatro características que definem o neoliberalismo: a primazia da economia, onde o mercado opera como “autorregulador” mediante intervenção estatal que cria as condições de competição e reprime ameaças à “ordem” neoliberal (p. 14-15, 112); o Estado, que transforma cidadãos em “capital humano” (p. 18, 97-98, 303); a erosão da democracia, que subordina a política à economia e limita a participação popular (p. 385-386); e a produção de subjetividades, idealizando o “homem econômico” como competitivo e individualista (p. 15, 325-326, 332).

A racionalidade neoliberal engloba práticas e discursos que moldam não só a economia, mas também o papel do Estado e a subjetividade individual (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16-17). Diferente do liberalismo clássico minimalista, o Estado neoliberal é ativo e gerencial, focado em manter um mercado competitivo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18). A nova gestão pública do neoliberalismo aplica princípios empresariais, priorizando eficiência e mercantilização, resultando em precarização do trabalho e mercantilização de serviços essenciais, aprofundando desigualdades sociais (p. 297, 310-312).

A ascensão do neoliberalismo está ligada à crise da democracia liberal e ao avanço de tendências autoritárias. A desilusão com a política tradicional e a promessa de “ordem” e “eficiência” justificam a supressão de direitos e liberdades em nome da competitividade (p. 383-386). No contexto da COP 30 em Belém, essa tendência pode favorecer políticas de mercado, priorizando interesses privados sobre as necessidades da população. O neoliberalismo, assim, molda todos os aspectos da vida, desde hábitos de consumo até escolhas existenciais.

As cartas revelam: análise das contas públicas

“Marte na casa 4, investimentos em infraestrutura, tecnologia, engenharia. Júpiter na casa 2, entrando dinheiro para Belém. Isso é muito bom para o governo!” Relatou a astróloga, segundo Carvalho (2024). A previsão sugere investimentos significativos para a COP 30. No entanto,

precisamos entender como as políticas públicas atuais impactam áreas cruciais como infraestrutura, habitação, serviços públicos, desigualdade socioespacial e meio ambiente.

A análise inicial das contas de infraestrutura do Pará demonstra aumento nos investimentos, com o ativo não circulante² crescendo de R\$19,6 bilhões em 2021 para R\$28 bilhões em 2023 (TCE-PA, 2024, p. 137). Contudo, a concentração de recursos na Região Metropolitana de Belém (RMB) preocupa sobre a desigualdade de infraestrutura (TCE-PA, 2023, p. 70). A alocação para desenvolvimento urbano e saneamento diminuiu de R\$2,1 bilhões em 2022 (TCE-PA, 2023, p. 69) para R\$917 milhões em 2023 (TCE-PA, 2024, p. 71).

O TCE-PA recomendou a implementação de sistema informatizado para controle de obras públicas e transferências voluntárias, crucial para melhorar a gestão e transparência dos recursos públicos (TCE-PA, 2023, p. 267 e TCE-PA, 2024, p. 257).

Em Belém, foram destinados R\$213 milhões em 2022 (BELÉM, 2021) e R\$372 milhões em 2023 (BELÉM, 2022) para “Infraestrutura Urbana”, focando no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova — PROMABEN para mitigar alagamentos. Principais projetos do Estado e Município incluem a macrodrenagem do Tucunduba (R\$841 milhões), da Bacia Hidrográfica do Igarapé Mata Fome (R\$400 milhões), a duplicação da Avenida Bernardo Sayão (R\$246 milhões), a revitalização da Avenida Júlio César (R\$136,5 milhões) e Canal da Doca (R\$310 milhões), urbanização da Avenida Tamandaré (R\$154 milhões) e a pavimentação da Rua da Marinha (PASSOS; CARNEIRO, 2024).

Na habitação, a gestão e alocação de recursos apresentam problemas. Em 2023, R\$47,8 milhões foram destinados à oferta de unidades habitacionais, mas sem execução física reportada, levantando dúvidas sobre a eficácia dos gastos (TCE-PA, 2024, p. 88). A falta de resultados na ação “Oferta de Unidade Habitacional” reforça a necessidade de priorizar investimentos em habitação social.

O Plano Plurianual de Belém (PMB, 2021, p. 56) conclui que a interrupção das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa Minha Vida (MCMV) agravou o déficit habitacional. Em 2020, foram destinados R\$100 mil ao programa “Cheque Moradia

² Ativos não circulantes são aqueles que a empresa ou governo não espera converter em dinheiro no curto prazo, ou seja, dentro do ciclo operacional de um ano. Eles incluem ativos que são utilizados para a operação de longo prazo e não estão destinados à venda imediata.

Municipal” (PMB, 2021, p.56), reajustado para R\$500 mil em 2022 e 2023 (BELÉM, 2021 e 2022). Foram destinados R\$58,5 milhões em 2022 para a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB (BELÉM, 2021). Em 2023, a LOA (BELÉM, 2022) alocou R\$53,8 milhões para a SEHAB e R\$178,7 milhões para habitação (BELÉM, 2022), o que em 2022 foi de R\$82,7 milhões (BELÉM, 2021).

O Plano Plurianual (PPA) de Belém (2021, p. 58) preconiza a aceleração de projetos como o “Terra da Gente” para fomentar a justiça social e espacial, possibilitando a apropriação dos espaços urbanos pela população. O documento também destaca a importância de ampliar os investimentos em programas habitacionais para combater o déficit habitacional e fortalecer a SEHAB com mais recursos e uma gestão eficiente. A elaboração de um plano estratégico com metas claras e objetivas é considerada fundamental para a redução do déficit habitacional na cidade.

Sobre as contas de serviços públicos do Pará, percebe-se que as maiores alocações são nas áreas de educação, saúde e segurança, mas há discrepâncias na execução e falta de detalhamento dos gastos (TCE-PA, 2023, p. 267). Grandes somas foram executadas, como R\$5,4 bilhões para educação (TCE-PA, 2023, p. 124), R\$4,9 bilhões para saúde (TCE-PA, 2023, p. 125) e R\$5,8 bilhões para segurança pública em 2022 (TCE-PA, 2023, p. 125), e R\$6,8 bilhões, R\$5,4 bilhões e R\$4,7 bilhões, respectivamente, em 2023 (TCE-PA, 2024, p. 121-123). Belém ampliou a atenção básica em saúde, com meta de alcançar 100% de cobertura da ESF (PMB, 2021, p.40), destinando R\$1,159 bilhão em 2022 e R\$1,324 bilhão em 2023. Na educação, foram investidos R\$686 milhões em 2022 e R\$784 milhões em 2023, com foco na alfabetização e na expansão da educação infantil. A segurança pública recebeu R\$125 milhões em 2022 e R\$135 milhões em 2023, destacando a qualificação da Guarda Municipal.

Analisando os gastos no combate à desigualdade socioespacial, percebe-se que, no Pará, a RMB concentrou 51,04% dos recursos para Programas Temáticos do Executivo e 71,82% dos recursos de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado em 2022 (TCE-PA, 2023, p. 71). Em 2023, compromissos regionais foram reprogramados para 2024 (TCE-PA, 2024, p. 92). O TCE-PA concluiu, em 2022, que a concentração de investimentos na RMB pode intensificar a desigualdade no acesso a serviços públicos em outras regiões, em desacordo com a Constituição Estadual (TCE-PA, 2023, p. 276). A recomendação 19 de 2022 inclui reavaliar políticas públicas e fiscais para assegurar uma distribuição mais

equitativa dos recursos, implementar estruturas de governança para os ODS (TCE-PA, 2023, p. 268) e desenvolver estratégias eficazes contra a pobreza. Melhorar a transparência e o detalhamento dos gastos, além de implementar mecanismos robustos de monitoramento e avaliação das metas sociais, é crucial.

Em Belém, programas como “Donas de Si” (PMB, 2021, p.74) e “Bora Belém: Renda Cidadã” (PMB, 2021, p.85) capacitam mulheres vulneráveis e combatem a pobreza extrema. Em 2022, o “Donas de Si” recebeu R\$660 mil e o “Bora Belém” R\$13 e R\$18,8 milhões (BELÉM, 2021). Em 2023, os valores foram R\$800 mil para “Donas de Si” e R\$26 milhões para “Bora Belém” (BELÉM, 2022).

Sobre o meio ambiente, percebemos algumas situações alarmantes. No Pará, a alocação de recursos para a área ambiental foi baixa, com R\$65 milhões em 2022 (0,28% dos recursos para programas temáticos) (TCE-PA, 2023, p. 69) e R\$87,9 milhões em 2023 (0,65% da dotação inicial da LOA) (TCE-PA, 2024, p. 71). Apesar de um aumento, o investimento continua insuficiente.

O TCE-PA recomendou que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente considere as mudanças climáticas na gestão de recursos hídricos, especialmente na emissão de outorgas de recursos hídricos, devido às especificidades regionais. Além disso, recomendou-se concluir o Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB), em elaboração desde 2012 (TCE-PA, 2024, p. 247), e atualizar o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS) (TCE-PA, 2024, p. 260). Participações em consórcios públicos, como o Consórcio Amazônia Legal, aumentaram os investimentos de R\$582 (TCE-PA, 2023, p. 284) para R\$611 mil (TCE-PA, 2024, p. 274).

Em Belém, as contas apontam desafios no saneamento básico, com 29% da população sem acesso à água potável e 84% sem rede de esgoto em 2022 (PMB, 2021, p.49). A destinação para o saneamento cresceu de R\$514,7 milhões em 2022 (BELÉM, 2021) para R\$627,8 milhões em 2023 (BELÉM, 2022), o que representa uma melhora na alocação de recursos para uma área tão problemática.

A gestão de resíduos sólidos em Belém prevê R\$89 milhões em 2022 (BELÉM, 2021) e R\$86 milhões para 2023 (BELÉM, 2022). No entanto, esses valores indicam uma redução nos investimentos para expansão, operacionalização e manutenção do sistema de coleta, transporte, tratamento e destinação final.

Sobre a arborização urbana, em 2022, foram destinados R\$1,7 milhão e R\$5 milhões (BELÉM, 2021), e em 2023, R\$1,6 milhão e R\$6,6 milhões (BELÉM, 2022) para a produção de mudas nos corredores arborizados. A criação de unidades de conservação conta com R\$900 mil (BELÉM, 2021) alocados em 2022 e R\$450 mil em 2023 (BELÉM, 2022), indicando uma redução significativa.

O PPA de 2021 (p. 146) carece de ações específicas para mitigar as mudanças climáticas, limitando-se ao Objetivo 2101, que estabelece e operacionaliza o Fórum Municipal de Mudanças Climáticas. Contudo, o documento evidencia a necessidade urgente de uma Política de Mudanças Climáticas com ações claras e mensuráveis para assegurar a sustentabilidade ambiental.

A análise das contas de infraestrutura, habitação, serviços públicos, desigualdade socioespacial e meio ambiente do Estado do Pará e do município de Belém nos anos de 2022 e 2023 revela que, embora haja esforços em várias frentes, as políticas públicas ainda enfrentam desafios significativos de transparência, eficiência e equidade na alocação de recursos.

Desvendando o futuro: neoliberalismo e a preparação de Belém para a COP 30

“O Júpiter é dinheiro! Júpiter na casa 2 vai trazer muito dinheiro em 2025 para vocês!” A previsão da astróloga, segundo Luciana Carvalho (2024), destaca como os recursos para a COP 30 oferecem uma oportunidade para o desenvolvimento urbano sustentável e pode impulsionar a economia local, gerar empregos e promover a visibilidade global da cidade. No entanto, os recursos de megaeventos são complexos, pois promessas de benefícios duradouros nem sempre se concretizam (MÜLLER *et al.*, 2022; LAUERMAN, 2019).

Nesta seção, analisaremos infraestrutura, habitação, serviços públicos, desigualdade socioespacial e meio ambiente, avaliando a influência do neoliberalismo, uma racionalidade caracterizada pela concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16), vez que organiza ações de governantes e governados, promovendo competição e usa o Estado para fortalecer uma ordem social baseada no mercado.

Antes de analisarmos, é crucial diferenciar a COP 30 em Belém de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que demandam

grandes obras de infraestrutura. A COP 30, focada no debate climático global, não requer a mesma escala de preparação. Contudo, em curto período, discutir sustentabilidade em uma cidade sem saneamento básico prejudica a imagem e eficácia do evento. Assim, assegurar que Belém tenha infraestrutura urbana adequada é essencial para sua credibilidade como anfitriã do evento climático.

Sobre os dados de infraestrutura, constatamos queda nos investimentos em desenvolvimento urbano e saneamento, enquanto investimentos em infraestrutura crescem. Isso reflete a lógica neoliberal de priorização do mercado e de retornos rápidos em detrimento de políticas sociais (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009). A transformação do antigo prédio da Receita Federal em hotel de luxo (Diário do Pará, 2024) exemplifica essa preferência, reforçando a “governamentalidade empresarial”, que subordina a ação do Estado ao capital (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332).

Priorizam-se grandes projetos, como macrodrenagens, em detrimento de um plano mais equitativo para saneamento, negligenciando a universalização de serviços em áreas fora da RMB. Arantes, Vainer e Maricato (2002) destacam que projetos grandiosos, como a macrodrenagem do Tucunduba e a duplicação da Av. Bernardo Sayão, exemplificam a lógica do espetáculo, buscando investimentos e uma imagem de “modernidade”, mesmo que os benefícios sejam questionáveis para a população. A falta de transparência nos gastos públicos e a ausência de um sistema informatizado para controle das obras, como recomenda o TCE-PA, impedem um controle social adequado (BYERS; HAYDAY; PAPPOUS, 2019; SOUZA, 2017).

A análise das contas de habitação evidencia a falta de especificidade e priorização, sem um plano claro para enfrentar o déficit habitacional apontado no PPA. A paralisação das obras do PAC e MCMV, recursos insuficientes à SEHAB e lentidão na regularização fundiária refletem essa ineficácia. Projetos como a duplicação da Avenida Bernardo Sayão e a urbanização da Avenida Tamandaré se mostram como promotores de uma gentrificação, especialmente com a COP 30 e a especulação imobiliária no entorno. Embora “Terra da Gente” vise à regularização fundiária, sem proteção social adequada, pode resultar na expulsão de comunidades de baixa renda, como visto no Rio de Janeiro (BONAMICHI, 2016, p. 222).

Os recursos limitados para programas como o “Cheque Moradia Municipal” e a redução de verbas para a SEHAB refletem a lógica

neoliberal, que prioriza o crescimento econômico sobre questões sociais, resultando em políticas inadequadas para moradia digna. Vainer (2013, p. 89-93) discute como a “cidade neoliberal” privilegia o capital, causando gentrificação e a exclusão dos mais pobres.

Em relação aos serviços públicos, é crucial questionar se os investimentos são norteados por uma visão estratégica de longo prazo, visando o bem-estar da população, ou se são pautados por uma ótica imediatista e financeiramente vantajosa. A priorização da atenção básica e da educação infantil, embora importante, negligencia áreas como pesquisa científica e saúde mental. A meta de 100% de cobertura da ESF reflete a “governamentalidade empresarial” de Dardot & Laval (2016), que aplica a lógica de mercado à gestão pública.

Em relação à desigualdade socioespacial, o TCE-PA alerta sobre o risco de maior desigualdade no acesso a serviços públicos em outras regiões do Pará. A concentração de recursos na RMB favorece centros urbanos em detrimento de periferias e comunidades tradicionais. Esse padrão comum em megaeventos (SOUZA, 2017, p. 260), como observado no Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos, reforça a desigualdade socioespacial (SILVA, 2016, p. 52).

Os programas “Donas de Si” e “Bora Belém: Renda Cidadã” buscam incluir economicamente populações vulneráveis. “Donas de Si” capacita mulheres microempreendedoras, enquanto “Bora Belém” oferece benefício financeiro para famílias em extrema pobreza. Contudo, essas iniciativas podem ser vistas como medidas assistencialistas que, ao invés de enfrentar causas estruturais da pobreza, adaptam indivíduos à lógica do mercado e da “empresa de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 336). A ênfase na capacitação e inclusão produtiva reforça a responsabilização individual, uma característica central do neoliberalismo.

Sobre o meio ambiente, observa-se baixa alocação de recursos. O aumento percentual é insuficiente, representando pequena parcela do orçamento, sugerindo que sustentabilidade não é prioridade.

A experiência do campo de golfe olímpico em área protegida (MATOS, 2018, p. 158) exemplifica os riscos de negligenciar a sustentabilidade pela “espetacularização urbana” (MATOS, 2018). Em Belém, além da redução nos investimentos em unidades de conservação, o governo planeja construir uma via expressa atravessando o Parque Estadual do Utinga (G1 Pará, 2023), refletindo a lógica da “destruição

criadora”³ inerente ao capitalismo, como descrito por Schumpeter e analisado por Dardot e Laval (2016, p. 154).

O saneamento básico em Belém é crítico; apesar da melhora na alocação de capital, a maioria da população ainda carece de acesso a água potável e esgoto. A redução nos investimentos em resíduos sólidos agrava a questão ambiental. O atraso do PESB desde 2012 reflete a falta de prioridade política no planejamento da universalização. No Rio, as promessas de universalização do saneamento para a Olimpíada não se concretizaram, especialmente nas favelas (MATOS, 2018, p. 131).

A combinação de uma ausência de plano de mudanças climáticas municipais, pouca interação com a população sobre o assunto e obras executadas sem precisão clara de ação evidencia que o tema climático deve ser integrado à discussão imediatamente na cidade.

Esta seção evidencia a priorização de investimentos em infraestrutura que beneficiam o mercado em detrimento do desenvolvimento urbano e do saneamento básico. A lógica neoliberal se manifesta na transformação de prédios públicos em empreendimentos privados e na priorização de grandes obras com pouco impacto na qualidade de vida da população mais vulnerável. A falta de transparência e detalhamento dos gastos demanda um controle social mais rigoroso. No âmbito ambiental, a escassa alocação de recursos e a ausência de políticas climáticas efetivas exigem um maior compromisso com a sustentabilidade da cidade.

Considerações finais

O objetivo do capítulo foi analisar como as políticas públicas implementadas pelo governo do Pará e pelo município de Belém são influenciadas pela racionalidade neoliberal e como isso pode impactar a preparação e realização da COP 30. O capítulo buscou entender como essa racionalidade neoliberal pode afetar as políticas públicas e a preparação da COP 30.

³ A “destruição criadora”, em sua concepção original por Schumpeter, refere-se à dinâmica inerente ao capitalismo em que a inovação e o empreendedorismo, embora impulsionem o crescimento econômico, também causam a obsolescência e o desaparecimento de estruturas e práticas antigas. No entanto, Dardot e Laval (2016, p. 154) argumentam que o neoliberalismo se apropria dessa ideia para justificar a destruição de direitos e a precarização da vida em nome do progresso e da competitividade.

A análise das contas revelou que políticas neoliberais priorizam grandes projetos de infraestrutura, reduzindo investimentos em habitação social e saneamento. Observou-se queda significativa nos investimentos em desenvolvimento urbano, contrastando com o aumento em infraestrutura. Percebemos que a racionalidade neoliberal impacta negativamente infraestrutura, habitação, serviços públicos e meio ambiente em Belém, priorizando interesses privados e negligenciando populações vulneráveis, afetando a preparação da COP 30.

Os resultados indicam que, para que a COP 30 promova um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, é crucial reavaliar as prioridades de investimento e melhorar a transparência na gestão pública, com um foco renovado nas necessidades sociais e ambientais.

Para garantir que a COP 30 seja um evento que promova um desenvolvimento urbano justo e sustentável, é essencial que as políticas públicas de Belém sejam reorientadas para priorizar as necessidades sociais e ambientais da população ao invés do capital. Afinal, como os astros indicam (CARVALHO, 2024), com Mercúrio na casa 9, Vênus na casa 11. Todo mundo apaixonado por Belém!

Referências

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELÉM (Município). *Lei nº 9.723, de 23 de dezembro de 2021*. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Belém para o exercício de 2022. Diário Oficial do Município de Belém, Belém, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BELÉM (Município). *Lei nº 9.878, de 28 de dezembro de 2022*. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Belém para o exercício de 2023. Disponível em: <https://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BONAMICHI, Nayana Corrêa. *Favela Olímpica e Pós-Olímpica: Dinâmicas espaciais, demográficas e econômicas em três favelas do Rio de Janeiro no período 2008-2019*. 2021. 236 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BYERS, Terri; HAYDAY, Emily; PAPPOUS, Athanasios (Sakis). A new conceptualization of mega sports event legacy delivery: wicked problems and critical realist solution. *Sport Management Review*, [s.l.], v. 22, n. 4, p. 361-378, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.smr.2019.04.001>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARVALHO, Luciana. Belém vai virar queridinha do mundo, diz astróloga após fazer mapa astral da capital paraense. *O Liberal*, Belém, 28 maio 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/astral/belem-vai-virar-queridinha-do-mundo-diz-astrologa-apos-fazer-mapa-astral-da-capital-paraense-1.819601>. Acesso em: 23 jul. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Daniella Maria dos Santos. *A expansão urbana na Amazônia – “Desafios Urbanos e Ambientais em Belém: Confrontando as desigualdades socioespaciais e danos ambientais na metrópole da Amazônia Oriental*. Palestra realizada em: 08 mar. 2024. In: CONGRESSO: “O MINISTÉRIO PÚBLICO E A COP 30: PERSPECTIVAS E DESAFIOS”, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/YrNOBNuF37k?si=iqG1eh0O0YleYYLz>. Acesso em: 21 jul. 2024.

DIÁRIO DO PARÁ. Como será o hotel de luxo no antigo prédio da Receita em Belém. *Diário do Pará*, Belém, 23 jun. 2024. Disponível em: <https://diariodopara.dol.com.br/para/como-sera-o-hotel-de-luxo-no-antigo-predio-da-receita-em-belem-135418/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

G1. *Lula decide lançar Belém como candidata do Brasil a sede da COP 30 em 2025*. G1, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/11/lula-decide-lancar-belem-como-candidata-do-brasil-a-sede-da-cop-30-em-2025.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2024.

G1 PARÁ. *Governo do PA quer construir via expressa, com ciclovias, em área de proteção ambiental em Belém*. G1, Belém, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/07/27/governo-do-pa-anuncia-construcao-de-via-expressa-com-ciclovias-dentro-de-area-de-protecao-ambiental-em-belem.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2024.

LAUERMANN, John. The urban politics of mega-events: grand promises meet local resistance. *Environment and Society: Advances in Research*, v. 10, p. 48-62, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/ares.2019.100104>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: VAINER, Carlos. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 44-63.

MÜLLER, Andressa Petry; NASCIMENTO, Alison Maurício Costa do; PINTO, Nelson Guilherme Machado. Discussão sobre o legado dos megaeventos esportivos. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 6, p. 43474-43488, jun. 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n6-064.

PASSOS, Marcus; CARNEIRO, Taymã. *500 dias para a COP na Amazônia: como estão as obras que somam mais de R\$ 4 bilhões em Belém*. G1, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/28/500-dias-para-a-cop-na-amazonia-como-estao-as-obras-que-somam-mais-de-r-4-bilhoes-em-belem.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2024.

Prefeitura Municipal de Belém. *Plano Plurianual 2022-2025*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2021. Disponível em: <https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/planejamento-e-gestao-fiscal/plano-plurianual-ppa/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ROLNIK, Raquel. *Megaeventos como estratégia para o desenvolvimento urbano: balanço crítico e expectativas da COP30 no Brasil*. Palestra realizada em: 6 maio 2024. In: V DIÁLOGOS URBANOS – DIURB’24, 2024, Belém. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/wrQWfP03hPo?si=rxWY2leSVLmJCryH>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, Gabriela Costa da. *O legado da Copa do Mundo de 2014 a partir de diferentes olhares: a questão das remoções na cidade de Porto Alegre/RS*. 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 245-265, jan./abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4112>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Tribunal de Contas do Estado do Pará. *Relatório de Análise das Contas do Governador do Estado do Pará*: exercício 2023. Belém: TCE-PA, 2024. 283 p. Disponível em: <https://www.tcepa.tc.br>. Acesso em: 21 jul. 2024.

Tribunal de Contas do Estado do Pará. *Relatório de Análise das Contas do Governador do Estado do Pará*: exercício 2022. Belém: TCE-PA, 2023. 283 p. Disponível em: <https://www.tcepa.tc.br>. Acesso em: 21 jul. 2024.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: VAINER, Carlos; ARANTES, Paulo Eduardo; MARICATO, Ermínia (org.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 49-58.

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Fernando Lourenço Matos; DIAS, Daniella Maria dos Santos. Cartas da Cidade: uma análise do neoliberalismo na COP 30. In: IDAPAR, Instituto de Direito Administrativo do Pará (org.); OLIVEIRA, Maria Cristina Cesar de; DOURADO JUNIOR, Octavio Cascaes; MORAES, Marcio Augusto Moura de (coord.). *Sustentabilidade no Direito Administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. p. 131-143. ISBN 978-65-5518-953-7.
